

O ESTADO E A IMPRENSA NO BRASIL:
UMA ANÁLISE DA OBRA DE NELSON WERNECK SODRÉ

Octavio Penna Pieranti

*Doutorando em Administração na Escola Brasileira
de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getulio Vargas
octavio@fgvmail.br*

Paulo Emílio Matos Martins

*Professor Titular da Escola Brasileira
de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getulio Vargas
pemiliom@fgv.br*

Resumo

Estado e meios de comunicação de massa apresentam, no Brasil, relação de proximidade tamanha que, em momentos específicos de nossa história, proporcionam uma confusão de interesses. À luz de uma perspectiva marxista, o historiador Nelson Werneck Sodré analisou a simbiose entre governantes e imprensa no país no livro intitulado *História da Imprensa no Brasil*. Este artigo tem por objetivo resgatar as idéias do autor difundidas naquela obra, estabelecendo uma relação analítica deste intérprete da realidade brasileira. Fica patente a atualidade de seus questionamentos e debates, encontrando eco até o presente e passados mais de seis anos de seu falecimento.

Palavras-chave: Imprensa, Estado, Nelson Werneck Sodré

Abstract

State and mass media present, in Brazil, a relation of permanent proximity, that, at specific moments of our history, provides a confusion of interests. Based on a marxist perspective, the historian Nelson Werneck Sodré analyzed the symbiosis between government and the press in the country in the book called *History of the Press in Brazil*. The purpose of this article is the rescue of the author's ideas, establishing an analytical relation of this interpreter of the Brazilian reality. The author's questionings and debates are of great relevance in the present, still finding echo in Brazil, passed more than six years of his death.

Key-Words: The Press, The State, Nelson Werneck Sodré

INTRODUÇÃO

General do Exército reformado, Nelson Werneck Sodré viu publicada, no fim da década de 1960, já durante o regime militar, obra que escrevera durante os trinta anos anteriores: *História da Imprensa no Brasil*. A pesquisa minuciosa e precisa tornar-se-ia principal referência no estudo da atividade jornalística no Brasil. Ressalte-se que, paralelamente ao tema do livro, Sodré retratava o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, considerando intimamente ligados o sistema econômico e a imprensa.

A obra de Sodré – toda ela, não só *História da Imprensa no Brasil* – foi escrita referenciada na teoria marxista. Essa postura política rendeu ao militar reformado alguns livros proibidos e duas prisões, a última em 1964, ao não apoiar o regime recém-instaurado. Parte de seus livros, ainda que obras determinantes para a compreensão do país, estiveram indisponíveis durante décadas, caso, por exemplo, de *História da Imprensa no Brasil*. A edição analisada neste trabalho é a quarta, de 1999, com prefácio inédito do autor, escrito meses antes de sua morte.

O objetivo deste trabalho é analisar a relação entre imprensa e Estado, e o papel desse para o desenvolvimento daquela, em *História da Imprensa no Brasil*. Assinala Sodré a relação de interdependência entre os dois atores, majoritariamente de dependência econômica da imprensa em relação ao poder público. A análise será feita segundo a ordem cronológica dos fatos, mesmo método empreendido pelo autor do livro.

Em uma primeira seção será vista a instalação da imprensa no Brasil, tardiamente na fase colonial. A independência do país e a execução de novas políticas para o setor será o tema da segunda etapa deste artigo. Em um terceiro momento será analisada a República, de sua proclamação à consolidação da ditadura militar na década de 1960. Antes das considerações finais serão analisadas as conclusões do autor, segundo o prefácio escrito em 1999.

OS PRIMÓDIOS DA IMPRENSA NO BRASIL

Duradouros foram os séculos em que não houve acesso à informação escrita no Brasil, pelo menos, do ponto de vista legal. Livros foram, em parte, proibidos durante a fase colonial do país. Jornais eram distantes objetos de curiosidade, ainda afastados do padrão cultural da nobreza imigrante. A ignorância total, ao raiar do século XVIII, era castigo destinado exclusivamente aos brasileiros: mexicanos conheceram a imprensa em 1539; peruanos, em 1583; habitantes das colônias inglesas, em 1650.

Ressalta Sodré que, apesar da proibição da Coroa, os livros aportaram por aqui no fim do século XVIII – quase três séculos depois de encontrada por navegadores a Ilha de Vera Cruz. Liam-se principalmente textos filosóficos e históricos considerados subversivos, das leis constitucionais norte-americanas, encontradas com Tiradentes, à Enciclopédia, achada com o cônego Luís Vieira, todos trazidos por brasileiros que estudaram na Europa ou por contrabandistas. Em 1792 eram duas as livrarias no Rio de Janeiro, mantidas com as vendas de poemas e calendários.

A abertura dos portos brasileiros ao comércio com as nações amigas, em 1805, facilitaria o contrabando de objeto difundido precariamente, impresso em escassas folhas, com periodicidade inconstante – os jornais, gazetas ou, mais adequadamente, folhetos. Lia-se cada vez mais, ainda que as letras fossem insignificantes para quase toda a população nativa, analfabeta na sua quase totalidade. Criavam-se, então, as condições mínimas para o estabelecimento de uma imprensa onde quer que seja: já havia parques leitores e começava a surgir a infra-estrutura para o seu desenvolvimento. Pequenas tipografias eram abertas ora no Recife, ora no Rio de Janeiro, para imprimir letras de câmbio e orações, sendo fechadas logo em seguida.

Um Brasil civilizado não era um objetivo da Coroa. Por outro lado, não era possível mais fingir ignorância em relação aos livros, folhetos, tipografias e jovens universitários que por aqui se multiplicavam. Se havia tipos e leitores, haveria imprensa – pacificamente ou com resistência e luta. Melhor que não as houvesse e que o processo fosse todo controlado por Sua Majestade.

Surgiu, então, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, pioneira na atividade, segundo Sodré, dentre os jornais publicados em solo brasileiro. Periódico reservado às notícias pequenas da Coroa (e financiado por ela) e de seus acólitos – notinhas sobre aniversários, estado de saúde e pequenas futricas de nobres europeus -, retratava um Brasil e um mundo perfeitos e ilusórios. O conteúdo, tão floreado, ainda sofria a censura de dois nobres escalados para a tarefa.

Três meses antes do lançamento da *Gazeta*, o jornal *Correio Braziliense*, feito em Londres e voltado aos leitores brasileiros, começou a destinar ácidos comentários em relação à Corte, ora recém-chegada à sua maior colônia. Até 1822 Hipólito da Costa foi o responsável pelo *Correio Braziliense*, com edições de cerca de cem páginas, que chegavam ao Brasil por contrabando. Consolidada a Independência, o jornalista julgou sua missão encerrada e deu fim à trajetória do jornal.

Reservou a Coroa à imprensa atitude que marcaria a história do jornalismo brasileiro em todos os séculos: aos amigos, tudo; aos inimigos, o combate. Jornais simpáticos ao governo, desde o período colonial, recebem verbas públicas fartas e empréstimos facilitados de bancos oficiais. Jornais excessiva-

mente críticos têm o acesso às verbas oficiais dificultado e, dependendo do grau de autoritarismo do regime, sofrem censura e coerções as mais diversas.

Já no raiar do século XIX, semeando os pilares para o futuro, a Coroa combateu periódicos de oposição com a força das armas – sem metáforas. Tipografias foram fechadas; jornais, censurados; profissionais, espancados. Não é mera coincidência a curta vida da maioria dos periódicos, submetidos a prejuízos diversos. Ainda assim, em contraste com a penúria dos jornais, a imprensa, como instituição, prosperava, espalhando publicações e tipografias pelo país. Até 1825, vivendo o Brasil já sob o regime de uma monarquia independente, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia, Minas Gerais, Maranhão, Pará e Pernambuco, pelo menos, eram sedes de jornais e/ou tipografias. A liberdade de imprensa era defendida por grupos radicais, notadamente os protagonistas dos movimentos pró-independência antes de 1822.

Difundida a imprensa, tornava-se necessário regulá-la. Lei viria, dúbia e imprecisa, em conformidade com a tradição legal brasileira. Nova Constituição portuguesa defendeu matéria inédita:

A livre comunicação do pensamento é um dos mais preciosos direitos do homem. Todo cidadão pode, conseqüentemente, sem dependência de censura prévia, manifestar suas opiniões em qualquer matéria, contanto que haja de responder pelo abuso desta liberdade nos casos e na forma que a lei determinar.¹

A lei determinava a proibição de escritos contra a moral, os bons costumes, a Constituição, o Imperador, a tranqüilidade pública - enfim, como destacou Sodré, contra quase tudo. Assim regulou, no Brasil, o Aviso de 28 de agosto de 1821, cinco meses depois da regulamentação portuguesa:

Tomando S. A. Real em consideração quanto é injusto que, depois do que se acha regulado pelas Cortes Gerais Extraordinárias da Nação Portuguesa sobre a liberdade de imprensa, encontrem os autores e editores inesperados estorvos à publicação dos escritos que pretenderem imprimir: É o mesmo Senhor servido mandar que se não embarasse por pretexto algum a impressão que se quiser fazer de qualquer escrito, devendo unicamente servir de regra o que as mesmas Cortes têm determinado sobre este objeto.²

Na prática, os artigos teriam que ser assinados e as provas tipográficas seriam submetidas ao procurador da Coroa. Ficava garantida a liberda-

de de imprensa, feitas as inúmeras ressalvas legais. Ou seja: a imprensa livre era uma falácia.

A observação de Sodré deixa ainda mais claro outro dos fundamentos da regulação da atividade jornalística no Brasil: a lentidão. Funcionam os poderes Executivo e Legislativo nacionais como forças reativas, nunca pró-ativas. A imprensa, inclusive a de oposição, já era uma realidade trinta anos antes de o governo decidir regular sua liberdade.

INDEPENDÊNCIA POLÍTICA, IMPRENSA SEM INDEPENDÊNCIA

Note-se que imprensa foi – e, em parte, ainda é – atividade da classe dominante, portanto ligada à ordem vigente. Não era praticada, pois, por revolucionários. Não estavam os timoneiros do jornalismo brasileiro de então dispostos a se aliar ao povo em uma luta pela liberdade política. Estavam, sim, dispostos a, no máximo, se afirmar como burgueses que eram e a lutar por idéias mais liberais, condizentes com um novo modelo de desenvolvimento. Por vezes, quando do apoio à declaração de independência, por exemplo, não hesitaram em se aliar à nobreza. Os rumos políticos da nação dependiam, pois, como metaforizou Golberri do Couto e Silva (1981), de sucessivos movimentos de sístole e diástole de dois segmentos – nobreza e burguesia incipiente - tão distantes em sua perspectiva de futuro, tão próximas em alianças pragmáticas.

O grito às margens do rio Ipiranga não representou mudança imediata para a imprensa brasileira. Às vésperas da Independência, cresciam os empastelamentos de jornais de oposição por forças ligadas à Coroa. Aquietados os ânimos do povo ora, em tese, independente, continuavam os empastelamentos. A luta, porém, era distinta: se, antes, a burguesia clamava por um país com governo próprio, agora cobrava da Constituinte a afirmação de conquistas liberais e de seus direitos, restringindo os poderes do Imperador. Tratava-se de repensar o Estado, tarefa que separava burguesia e nobreza. Frisa Sodré que a direita, acuada, buscava apoio dos portugueses, já que “temia a Independência, como tantos pretensos revolucionários que, no fundo, temem a revolução”.³ Perceba-se que o autor passa, então, a usar os termos “direita” e “esquerda”, mais afeitos à realidade pós-Revolução Francesa, depois da qual declinariam definitivamente a nobreza clássica e os resquícios das sociedades feudais ainda vigentes pelo mundo.

A esquerda apostava em periódicos visceralmente políticos e explosivos para minar, quando possível, os que conduziam as rédeas do processo político. A direita, quando à frente do movimento, imprimia aos jornais de oposição a força da repressão. Venceu o conservadorismo. D. Pedro dissolveu a Constituinte, negou respeito ao projeto de Carta Magna por ela defendido e tornou-se soberano

com poderes totais, caminhando para o despotismo e atendendo aos clamores da direita por um governo forte e capaz de controlar a turba barulhenta. A imprensa, então, já prosperava em todo o país. Aos jornalistas de esquerda restavam duas opções: apanhar ou silenciar. Luís Augusto May, de *A Malagueta*, foi agredido e Cipriano Barata, de *O Sentinela*, preso, sem que cessasse, da cadeia, a produção de seus periódicos.

O grau de autoritarismo do regime decaiu com o passar dos anos. Aos poucos, proliferaram periódicos com o clamor por mais liberdade, concedida aos poucos. O controle do Império sobre a sociedade diminuiria até 1831, menos de nove anos depois de D. Pedro I chegar ao poder. Em 1826, a primeira concessão: a instalação de Senado e Câmara, que prontamente criariam condições para a implantação de cursos de Direito, formação escolhida por inúmeros jornalistas. Depois, em 1827, o fim oficial da censura à imprensa, medida constantemente desrespeitada. Havendo oposição constituída, existia assunto para as páginas dos periódicos, impressos em tipografias mais modernas, parte delas com máquinas trazidas da Europa. Juntos, clamando por um ministério e ideais mais liberais, imprensa e Poder Legislativo contribuiriam para a abdicação em 7 de abril de 1831.

Viveria, então, o país, por menos de uma década, durante a Regência, período de liberdade de imprensa nunca antes experimentado. Formou-se, refletida em periódicos que ganharam a alcunha de pasquins (jornais de poucas páginas, periodicidade incerta e ferozes no trato da política), imprensa combativa e exaltada – insuportavelmente exaltada, sob a ótica dos segmentos de direita. Durou pouco a experiência, marcada pela agitação do povo e de jornalistas. Com as forças de direita aliadas e D. Pedro I, então D. Pedro IV de Portugal, morto, desferiu-se o Golpe da Maioridade. O Brasil tinha, então, novo Imperador: D. Pedro II.

Data daí a expansão para o interior da imprensa no Brasil. Funcionaram os jornais, de norte a sul da nação, como debatedores da política palaciana, fazendo chegar, nos municípios mais longínquos, a ebulição da capital. Foram os jornais responsáveis ou, pelo menos, incentivadores de insurreições pelo país, sofrendo as conseqüências: nunca, na história do Império, havia sido tão difícil a distribuição de periódicos pelo país, sabotada por atores afinados com o conservadorismo. Note-se que chegava ao ápice a importância de uma postura cada vez mais presente nos veículos jornalísticos de então: a militância política. A imprensa não era – como, de fato, anteriormente nunca fora – fiscalizadora independente do poder público; alinhava-se, pelo contrário, com ele ou com a oposição, de forma clara e inequívoca, estimulando, como agravante, revoltas e atos de rebeldia armados.

Reconhece Sodré uma concepção pré-marxista de luta de classes nesses pasquins. Ilustra bem essa tendência o número de 4 de novembro de 1845 do *Sete de Setembro*, de Recife:

Em todos os países e em todas as épocas, essas classes privilegiadas, ciosas das vantagens que possuíam, desveladas por entendê-las todas as vezes que julgaram oportuno o ensejo, já por egoísmo, já por orgulho e cobiça, sempre procuraram manter-se em um poder discricionário, e por isso sempre se constituíram em guerra permanente com os povos por elas deserdados e oprimidos.⁴

Na mesma linha, a *Voz do Brasil*, circulante desde 27 de outubro de 1847, publicou:

Sim, a população brasileira vive em sua pátria escravizada, ou, para melhor dizer, esmagada pela influência estrangeira, e até hoje ainda não apareceu um escritor generoso e verdadeiramente patriota que tratasse de debelar pela imprensa essa influência maligna, que faz com que, em vez de constituirmos uma nação rica, pelos recursos que oferece o nosso território, vivamos na miséria e na ignomínia.⁵

Interessante notar que os órgãos de imprensa, apesar de comandados por membros da burguesia, não descartavam a participação do povo (ou, ao menos, daqueles que sabiam ler) em revoltas contra o poder constituído, bem como discutiam as relações vigentes na sociedade e entre ela e o poder público. Comportamento similar não seria visto na imprensa brasileira em outros momentos de sua história, exceção feita a jornais de baixa circulação e ligados a movimentos político-partidários ou sociais.

Destaca Sodré que os pasquins, pró ou contra o governo, atacavam, difamavam e injuriavam com igual torpeza e voracidade. Não conheciam seus donos outra forma de fazer jornalismo, encarando a atividade como forma de dar vazão à sua opinião, não necessariamente atrelada à busca por credibilidade. Eram os pasquins, ainda, comumente frutos de um só autor, polemistas em sua essência.

Os pasquins perderam força na primeira metade do século XIX. Com a introdução na imprensa brasileira de inovações gráficas e técnicas incompatíveis com a essência desses periódicos (datam da época, por exemplo, os primeiros jornais diários), debeladas as revoltas liberais e confrontada, novamente, a liberdade de expressão com a figura do Imperador, pasquins e seus auto-

res viram-se como catapultas na Era da Pólvora. Sua força era imensa, mas se tornaram peças arcaicas de um passado combativo.

Fortalecido o Império, mudava a gestão da imprensa. Eram os novos veículos comandados pela burguesia palaciana e pelos amigos do Imperador. Não havia grande espaço para a oposição em sociedade cujos atores centrais valiam-se das armas para combater as letras. Até o fim da década de 1860, quando se deu o fim da conciliação em torno do novo governo, pouco haveria de vozes dissonantes no cenário jornalístico.

Em 1869 anunciou o jornal republicano cearense *O Barrete Frígido*: “Façamos a revolução. Fora o rei. Cuidado com o exército; onde ele predomina, a liberdade é uma mentira.” (SODRÉ, 1999, p. 211) A edição do jornal foi destruída e o seu diretor, preso. Representava *O Barrete Frígido* corrente que começava a se desenhar e que se fortaleceria até 1889: a de repúdio ao regime imperial, tão destoante da nova era republicana.

E não era o regime o único alvo dos periódicos que proliferavam de norte a sul do país – entre 1881 e 1887, só no Rio Grande do Sul, foram mais de 35 novos jornais. Reformas trabalhistas, com o fim da escravidão, e reformas administrativas, com a implantação de um regime federativo, dando maior autonomia às regiões interioranas, faziam parte da pauta de discussões. Eram questionados, assim, não só o regime autoritário, como também sua essência e seus alicerces. Com poder dividido e sem o sustentáculo dos latifundiários escravocratas, o Império não sobreviveria – e não haveria por quê fazê-lo, nessas condições.

À imprensa se associavam a burguesia nacional - na verdade comandante das letras, sempre apoiando o fim do autoritarismo quando esse chega perto de sua ruína -, setores populares, militares e figuras icônicas da nação. Em 1884, o Ceará aboliu o cativeiro de negros e mestiços. Em 1888, a determinação passou a valer para todo o país. A abolição não cairia sozinha. Bradou a *Gazeta da Tarde*, em 22 de junho de 1889: “Os dias da monarquia estão contados”.⁶ Estavam, como se confirmou em novembro do mesmo ano.

UM NOVO TEMPO?

Para Sodré, a República não mudou, a princípio, a essência do Estado. Saiu D. Pedro II, entrou Deodoro da Fonseca – troca simples de ditadores, reconhecida internacionalmente, segundo o autor. A imprensa, em linhas gerais, tampouco sofreria grandes mudanças: o primeiro grande periódico da fase, o *Jornal do Brasil*, só surgiria dois anos depois; outros pequenos jornais e panfletos surgiriam e morreriam pelos anos vindouros, notadamente em épocas agitadas da política nacional.

Também não mudou o comportamento do Poder Executivo em relação à imprensa. *A Tribuna*, do Rio de Janeiro, criticou e ofendeu duramente Deodoro da Fonseca. O governo reagiu com sua principal política para o setor: o empastelamento. Mudou, sim, nesse momento, a forma de a imprensa lidar com esse mesmo problema, tão presente em sua história. Dezesete periódicos com redação no estado, inclusive estrangeiros, subscreveram uma nota em que se exigia a punição dos culpados pelo empastelamento d' *A Tribuna*. Ainda que não viesse a ter consequência prática, o movimento significou inédita tomada de postura conjunta da imprensa. Práticas corporativistas voltariam a ser adotadas por empresários do setor de quando em quando, principalmente depois da criação das associações patronais nas décadas de 1970 e 1980.

Não perdeu a imprensa, na passagem de regime, vocação pela temática política. Atacavam uns – e muitos, depois de meses – o governo de Deodoro da Fonseca, defendendo a renúncia e a assunção do vice-presidente, Floriano Peixoto. Atacavam outros a República, como o *Jornal do Brasil*, clamando pela volta do Império e sofrendo com as armas da democracia. Venceram os primeiros. A monarquia, aliás, viraria chaga a ser extirpada: a cidadela de Antônio Conselheiro foi acusada, pela *A Gazeta de Notícias*, de reduto de “monarquismo revolucionário”, devendo, pois, ser destruída (como foi).

Com o fortalecimento da política café-com-leite, já estava consolidada a República. Consolidada a República, sem que a imprensa se desse conta da mesmice do regime pela ótica de Sodré: o latifúndio era a tônica dos campos; representantes de uma minoria, os cafeicultores, elegiam governantes; o país pouco apresentava sinais de modernização; e a violência era praticada contra toda e qualquer oposição – violência, essa, que se repetia há mais de um século contra a liberdade de expressão. O Império, câncer extirpado, era, agora, inofensivo. O foco da luta deveria dirigir-se ao estado de coisas vigente, alvo mais amplo e impossível de ser combatido por uma imprensa cada vez mais cara e, assim, restrita à alta burguesia. Sodré destaca, então, a contradição entre o comportamento da imprensa e sua nova essência. Tratava-se, agora, de empresas jornalísticas, dada a necessidade da busca de recursos para sustentar estrutura cada vez mais complexa, estranhamente afeita a comportamentos radicais, fossem eles a favor ou contra o governo. Idolatrias e xingamentos conviviam tranqüilamente com estruturas empresariais e modernas. O Poder Público entendeu logo a nova essência do jornalismo. Era preciso, no raiar do novo milênio, sustentar as empresas. Era preciso, segundo Sodré, comprar a opinião da imprensa, já funcionando, à época, de forma desvirtuada de suas obrigações. Note-se que a imprensa assumiu sua condição empresarial, sem se preparar para tal: faltavam-lhe (e faltam-lhe ainda) fontes de recursos que garantissem sua sobrevivência sem verbas oficiais.

À vontade do governo de comprar a opinião da imprensa aliou-se a predisposição dessa em levar a cobertura política às suas páginas principais. Impossível dizer o que veio antes, se a vontade da imprensa de se aconchegar no leito tranqüilo das verbas oficiais, se o interesse do governo em distribuir polpudas quantias para acalmar os homens das letras. Pode-se afirmar, com certeza, que o casamento foi perfeito em muitos casos, aliando a fome com o mecenato.⁷ A estreita relação não significava, porém, belos dias para os jornalistas: foram muitos os presos e agredidos nas primeiras décadas do século, sendo momento marcante a tentativa do governo de tentar conter a Revolta de 1930. Foram, então, presos jornalistas de cinco periódicos apenas na capital federal, o Rio de Janeiro.

A prática rotineira de distribuição de verbas ganhou contornos oficiais ainda na primeira metade do século XX, tendo como exemplo irretorquível a missiva de Alves de Souza, diretor do governista *O País*, do Rio de Janeiro, ao então Presidente da República, Washington Luís. Suplicava Alves – com todas as letras – a manutenção da ajuda financeira fornecida pelo governo do Rio Grande Sul e ameaçada de suspensão. Enviou Washington Luís, em 1927, pedido oficial ao presidente do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas:

O fim principal desta é transmitir-lhe a carta junto, do Dr. Alves de Sousa, d’*O País*, e para lhe pedir a sua boa atenção, com todo empenho. Julgo indispensável mantermos a nossa atitude, sem o que as dificuldades serão quase insuperáveis. Não é necessário reproduzir aqui argumentos a que recorremos tantas vezes, por isso fico aguardando a sua resposta.⁸

Pudores não eram o forte dos governantes, nem dos empresários da imprensa daquela época.

O Congresso Nacional começava, então, a encarar o jornalismo de forma distinta. Passado mais de um século com pequenas e espaçadas referências legais à questão da informação, a atividade finalmente seria alvo de regulação incisiva. Em 1923 foi aprovada a Lei de Imprensa, discutida desde o ano anterior. A lentidão e o descaso na aprovação da legislação voltada para o setor viria a se caracterizar como comportamento comum. A primeira transmissão de rádio no Brasil foi feita em 1922, mas os primeiros decretos do setor só foram outorgados em 1931 e 1932, no governo de Getúlio Vargas. Já as rádios comunitárias só foram reguladas em 1998. A primeira transmissão televisiva aconteceu em 1950 e sua regulamentação, por meio do Código Brasileiro de Telecomunicações, em 1962. O Conselho de Comunicação Social, previsto no artigo 224 da Constituição Federal de 1988 somente foi regulado em 1991 e instalado em 2002. Outros artigos da Carta Magna de 1988, como, por exem-

plo, o 221, referente aos objetivos da programação de rádio e televisão, ainda carecem de legislação específica. Comportaram-se os diversos governos brasileiros, em todas as épocas, de forma excessivamente reativa, mas a lentidão dos governantes e, principalmente, do Poder Legislativo, não se deu por ingenuidade: sempre foi grande, na história republicana, a bancada de parlamentares que desempenham simultaneamente as funções de empresários da comunicação e legisladores. Qualquer avanço no setor influencia, assim, diretamente as empresas de propriedade de alguns congressistas.⁹

Nas décadas dos governos de Getúlio Vargas o silenciamento da imprensa pela ação das verbas oficiais se tornaria ainda mais intenso. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), um dos braços fortes da ditadura, encarregou-se de distribuir as mais fartas verbas já vistas em jornais e rádios. Comportou-se o DIP, ainda, de forma pouco usual: interveio em jornais privados, colocando nos postos de chefia homens de sua confiança, como ocorreu em *O Estado de São Paulo*.

Frisa Sodré, por fim, a influência do capital estrangeiro, notadamente norte-americano, na mídia brasileira. Destaca o autor dois vértices do mesmo problema: as agências de publicidade internacionais e as publicações estrangeiras.

As primeiras eram representantes, no país, das grandes corporações internacionais. Eram distribuidoras de verbas gigantescas, ainda maiores se comparado o câmbio do dólar com a moeda brasileira. Não se contentavam, porém, em estabelecer o destino dos recursos. Segundo Sodré, por estarem afinadas com o conservadorismo e, conseqüentemente, com o governo brasileiro, as agências influíam no conteúdo noticioso das empresas jornalísticas, utilizando como forma de pressão as verbas dos anúncios. Em 1964, por exemplo, estabelecida a postura do *Correio da Manhã* de questionamento das arbitrariedades cometidas pelo regime militar, teve o jornal suas verbas cortadas. Em menos de dez anos, o periódico que representava a classe média nacional desde 1901 iria à falência.

A imprensa estrangeira foi combatida de outra forma. Desde as primeiras décadas do século começaram a se instalar, no Brasil, publicações, notadamente norte-americanas, especializadas em segmentos específicos. O avanço das mesmas gerou protestos por parte da sociedade civil. Sodré destaca o profissionalismo das empresas jornalísticas estrangeiras, capaz de ameaçar a existência dos grupos brasileiros, sempre envoltos em dívidas monstruosas. O ápice das contestações veio com a divulgação do contrato entre a *TV Globo* e o grupo norte-americano Time-Life. Investia o grupo brasileiro, com a força dos dólares, pesadamente em setor ainda novo, candidatando-se, a médio prazo, a se distanciar enormemente, do ponto de vista de qualidade e de conhecimentos técnicos, da concorrência. Garantia a emissora brasileira que a parceria envolvia apenas in-

vestimentos, sem controle da programação. Apontavam deputados de oposição a existência de norte-americanos em cargos de chefia na empresa. Instalada uma Comissão Parlamentar de Inquérito, venceram os segundos e a *TV Globo*, prevendo o desenlace, rompeu o contrato com a empresa sócia.

NOVOS DIAS, VELHOS PROBLEMAS

Lembra Sodré, no prefácio à quarta edição de *História da Imprensa no Brasil*, publicada em 1999, que a imprensa não é meio de comunicação de massa – ao menos, não no sentido da obra, que entende por imprensa apenas os órgãos impressos. Nesse sentido, Sodré tem razão: a circulação de revistas, entre 2000 e 2002, período imediatamente posterior à reedição da obra aqui analisada, caiu de 17,1 milhões para 16,2 milhões de exemplares por ano e a de jornais, de 7,9 milhões para 7 milhões de exemplares por dia em um país de mais de 170 milhões de habitantes. Cabe à televisão e ao rádio exercer o papel de meios de comunicação de massa.

A consolidação da Comunicação Social no Brasil acompanhou o desenvolvimento do capitalismo. Cresceu, firmou-se e desenvolveu-se com o nascimento e com o fortalecimento de uma burguesia nacional, acompanhando sua saga brasileira: a formação de pequenos jornais, o fortalecimento desses em momentos de euforia econômica, a criação dos conglomerados do setor e a adequação do cenário empresarial com a imersão do país e do mundo no neoliberalismo. Sobre a penúltima dessas fases, Sodré destaca as grandes empresas, com seus múltiplos braços em distintas áreas e sua importância para o cenário atual da Comunicação Social. A concentração da posse dos meios de comunicação de massa, quando em vias de formar monopólio ou oligopólio, é proibida pela Constituição Federal de 1988 e chegou a ser alvo de estudos do Conselho de Comunicação Social. Estima-se, por exemplo, que as seis redes nacionais de televisão congreguem mais de seiscentas emissoras afiliadas ou retransmissoras da programação.¹⁰ Não há punições no setor, porém, aos que descumprem o preceito constitucional, já que o mesmo carece de legislação complementar. Prevalece, pois, o descaso dos legisladores ao tratar do tema seja por interesses pessoais, seja por medo da repercussão do assunto na grande mídia.

A adequação da imprensa, assim como de toda a sociedade, ao pensamento neoliberal, foi determinante para uma tentativa de ampliação da margem de lucro, capaz de deixar as empresas competitivas no cenário mundial, e para a redução dos postos de trabalho. Segundo dados do Ministério do Trabalho, foram cortadas 17 mil vagas em meios de comunicação de 2001 a 2004.¹¹ A crise nacional foi precedida por outra, de intensidade um pouco menor e de

amplitude regional. No Rio de Janeiro, por exemplo, cerca de seis mil jornalistas trabalhavam, no início dos anos 1990, nos sete maiores jornais cariocas, quatro sucursais de outros jornais, mais de vinte revistas, trinta emissoras de rádio e sete de televisão e diversas assessorias de imprensa. Em 1998, com dois jornais fechados, *A Notícia* e *Última Hora*, uma editora em situação pré-falimentar, a *Bloch*, uma emissora de televisão e um grande jornal com problemas financeiros graves, *TV Manchete* e *Jornal do Brasil*, o mercado do setor no estado comportava 1,5 mil jornalistas – número que chegava a 3,5 mil se levadas em conta as assessorias de imprensa.¹²

Lembra Sodré que não é mais preciso, para se dominar a imprensa, o emprego de métodos violentos ou autoritários. São necessários apenas recursos financeiros para que essa, mergulhada em crise jamais vista, se submeta a novos interesses.

Ainda que tenham sido estabelecidas novas formas de combate à crise, como, por exemplo, a possibilidade de atuação do capital estrangeiro na mídia brasileira, regulamentada por emenda constitucional, a imprensa brasileira, na visão de Sodré, não conseguiu adequar-se à realidade neoliberal, sendo prova disso a diminuição significativa de periódicos importantes no cenário nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os apontamentos de Nelson Werneck Sodré a respeito da crise da imprensa datam ainda da década de 1960. Estariam os periódicos, então, desde a década anterior, em processo de perda de credibilidade, bem como de imersão em problemas financeiros gravíssimos. A imprensa brasileira, pela instabilidade de suas fontes de renda, estruturava-se sob bases pouco confiáveis.

É difícil confirmar o preâmbulo de uma crise ampla da imprensa já nos anos 1960. Mais correto seria apontá-la como uma dentro de um ciclo: as empresas jornalísticas brasileiras, de uma forma geral, sempre passaram por problemas financeiros, principalmente em épocas de turbulência do capitalismo mundial. Os problemas se estenderam ao conteúdo jornalístico, quando o país viveu sob o jugo autoritário.

Nos momentos de calma, relativa instabilidade da imprensa. Nos momentos de turbulência no mercado financeiro, caos nas empresas jornalísticas. Assim foi, por exemplo, em 2002 e início de 2003, apresentando o setor, depois, pálida recuperação. Pode-se dizer que, à época, quando o país acompanhava o desmoronamento do Plano Real, o setor da Comunicação Social viveu os piores momentos de sua história. Uma dívida de US\$3,5 bilhões, com vencimento a curto prazo, gerou a maior onda de demissões já vista no jornalismo brasileiro. A

solução encontrada pelos empresários do setor foi um apelo ao governo federal: pretendia-se um imediato empréstimo do BNDES, posteriormente descartado graças a uma suposta falta de agilidade do banco para liberar os recursos.

A mídia brasileira, portanto, entregou-se ao poder público. O que antes era feito de forma velada ou restrita aos gabinetes de governo tornou-se público e transparente. Não está a imprensa brasileira, assim, apta a cumprir uma de suas principais funções, segundo as modernas teorias de comunicação: a fiscalização do poder público. Os periódicos estão, como frisou Sodré em seu prefácio de 1999, controlados e, principalmente, dispostos a serem controlados por recursos oficiais ou particulares, nacionais ou estrangeiros.

Dá-se o clamor pela ajuda não apenas por circunstâncias internacionais, como sugere a prática de reengenharia defendida pelos neoliberais, como também e prioritariamente pela má administração crônica do setor da Comunicação Social. As empresas jornalísticas brasileiras sobrevivem às custas de planejamentos pontuais e falta de estratégias a longo prazo, que apontam para remodelações estruturais e contração de dívidas constantes em curto espaço de tempo.¹³

A ação direta do poder público sobre a mídia brasileira, representada principalmente por pedidos de empréstimo e pela veiculação de propaganda oficial, figura prejuízo à democracia, levando-se em conta os preceitos expostos na Constituição Federal. Representa, por outro lado, oficialização de prática rotineira e condenável, podendo-se concluir que a ação do capital estatal é determinante para o futuro da mídia brasileira: ou se condena a independência da imprensa, ou se condena a própria imprensa. Sodré, não com essas palavras, mas com espírito semelhante, já previa isso na década de 1960.

NOTAS EXPLICATIVAS

¹ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Mauad, 1994. p. 41

² idem.

³ idem, p.56

⁴ idem, p. 140

⁵ *apud* SODRÉ, ob. cit. p.149

⁶ idem, p. 239

⁷ A política seria o tema favorito e incontestável da grande imprensa brasileira até os anos 1970. Deu-se, então, graças à censura oficial sobre as notícias políticas, o fortalecimento das editorias de economia e de internacional. Cf. *Jornalistas e jornalismo econômico na transição democrática*. in ABREU, Alzira Alves de; KORNIS, Mônica Almeida; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. *Mídia e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. Veja-se também ABREU, Alzira Alves (Coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV e CPDOC, 2001.

⁸ SODRÉ, ob. cit. p. 366

⁹ Paulino Motter estima que 146 parlamentares (26,1%) da Assembléia Nacional Constituinte de 1988 receberam concessões de rádio ou televisão do governo Sarney, ou já dispunham de emissoras antes

da Nova República. Cf. MOTTER, Paulino. O uso político das concessões das emissoras de rádio e televisão no governo Sarney. *Comunicação & Política*, Brasília, vol. 1, n. 1, p. 89-116, 1994. Segundo Pacheco, 30 (37%) dos 81 senadores em abril de 2004 eram empresários do setor de radiodifusão. Cf. PACHECO, Paula. Pires para a mídia. *Carta Capital*, São Paulo, p. 30, 14 abr. 2004.

¹⁰ CONGRESSO NACIONAL. *Concentração da Mídia: debates no Conselho de Comunicação Social*, 2004. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/comissoes/ccs/docs.asp>>. Acesso em: 23 jun. 2004.

¹¹ LOBATO, Elvira. Mídia nacional acumula dívida de R\$10 bi. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 14 fev. 2004.

¹² PIERANTI, Octavio Penna. *Questão de princípio: jornais impressos e grandes reportagens*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003. 52 p.

¹³ BRENER, Jayme e COSTA, Sylvio. Coronelismo eletrônico: o governo Fernando Henrique e o novo capítulo de uma velha história. *Comunicação & Política*, Brasília, vol. 4, n. 2, p. 29-53, 1997. CAMPANHOLE, Adriano; CAMPANHOLE, Hilton Lobo. *Constituições do Brasil*. São Paulo: Editora Atlas, 1989. COUTO E SILVA, Golbery do. *Planejamento Estratégico*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1981. GODOI, Guilherme Canela de Souza. Históricos e Perspectivas: Uma Análise da Legislação e dos Projetos de Lei sobre Radiodifusão no Brasil. *Cadernos de CEAM: As relações entre mídia e política*, Brasília, ano 2, n. 6, 2001.

KOVACH, Bill e ROSENSTIEL, Tom. *Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir*. [tradução Wladir Dupont] São Paulo: Geração Editorial, 2003.